

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

## PROVA ESCRITA E PRÁTICA

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da Prova Escrita e Prática. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se este caderno contém uma proposta de dissertação, uma de peça prática e duas questões discursivas, acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita e Prática.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

Aplicação: **2014**

**TARDE**

#### OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100;  
www.cespe.unb.br;  
sac@cespe.unb.br;

## PROVA ESCRITA E PRÁTICA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto nas questões, quanto na peça prática ou na dissertação, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Tabelião**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação e na peça prática, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **4,00 pontos**, dos quais até **0,20 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Em cada questão, esses valores corresponderão a **1,00 ponto** e **0,05 ponto**, respectivamente.

### DISSERTAÇÃO

A atividade desempenhada pelos cartórios de registro de imóveis é de grande importância para garantir a segurança dos registros quanto à existência do imóvel, sua descrição e características, seu proprietário e possíveis ônus e gravames que limitem o direito de disposição sobre o bem, para conhecimento de terceiros. Os procedimentos do registro imobiliário são orientados por princípios jurídicos que devem ser observados em todos os atos de sua competência, de modo a assegurar o cumprimento da sua finalidade legal.

Ivanildo Figueiredo. **Direito imobiliário**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 162 (com adaptações).

Considerando o texto acima como meramente motivador, disserte sobre os princípios — da legalidade, da continuidade, da especialidade, da instância, da prioridade, da legitimação registral e da unitariedade — que norteiam o registro imobiliário.

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

## PEÇA PRÁTICA

Justiniano faleceu há dez dias no Distrito Federal sem deixar dívidas nem testamento; Luísa, viúva meeira, com quem fora casado desde o ano de 1975, sob o regime da comunhão universal de bens, juntamente com Joel e Joelson, filhos do casal, solteiros, maiores e capazes, decidiram fazer, por escritura pública de inventário, a especificação de meação, a partilha do espólio e a nomeação de inventariante, escolhendo o cônjuge supérstite para representar o espólio, constituído de uma casa, avaliada em R\$ 60.000,00, no Distrito Federal, e R\$ 40.000,00 em conta bancária.

Com base nessa situação hipotética, redija, na condição de tabelião do cartório de notas, da forma mais completa possível, a escritura pública adequada ao caso, consignando no documento, expressamente, os dispositivos legais de direito civil aplicáveis aos fatos jurídicos narrados. Considere que não haja qualquer restrição com relação ao imóvel ou às pessoas envolvidas.

Ao redigir a escritura, atenda, necessariamente, às seguintes instruções:

- ao qualificar qualquer pessoa acima citada, chame-a pelo nome apresentado e, em lugar de cada qualificadora, ponha apenas o nome da informação entre parênteses — por exemplo: Joel, (RG), ...;
- quanto às demais pessoas envolvidas na escritura e não nomeadas na narrativa acima, refira-se a elas como PESSOA 1, PESSOA 2, e assim por diante, sempre que necessário;
- a qualificação do imóvel deve seguir a mesma regra da qualificação das pessoas — por exemplo: casa localizada no (endereço);
- qualquer data, independentemente do momento da ocorrência do fato narrado, deve ser escrita apenas como (data), salvo as citadas no comando;
- qualquer valor deve ser escrito apenas como (valor);
- qualquer instituição deve ser aludida apenas com seu nome comum — por exemplo, a referência a um cartório deve ser feita simplesmente como (cartório);
- livros e folhas devem ser descritos como: Folha (número) do Livro (número);
- qualquer documento deve ser identificado apenas com seu nome entre parênteses;
- os valores dados no comando e os que forem passíveis de cálculo deverão ser apresentados em quantidade de reais; os demais, deverão apenas ser mencionados como: R\$ (valor).

Serão avaliados os seguintes aspectos:

- estrutura geral e forma de escritura pública e dispositivos de lei aplicáveis à forma de escritura; [valor: 0,50 ponto]
- alusão aos elementos de qualificação das pessoas e do objeto da escritura, bem como o título aquisitivo; [valor: 0,70 ponto]
- declarações das partes sobre os negócios e dispositivos de lei aplicáveis; [valor: 1,60 ponto]
- guias, certidões, aspectos fiscais e demais documentos que devem ser citados. [valor: 1,00 ponto]

**RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

**QUESTÃO 1**

Após processo administrativo no qual lhe foi aplicada sanção disciplinar, determinado servidor ajuizou ação, sustentando a nulidade do processo em razão de não ter sido formalmente intimado, não ter tido o direito de apresentar alegações finais antes da decisão e não ter sido assistido por advogado em todas as fases processuais. A administração, por sua vez, argumentou que o servidor comparecera espontaneamente e tomara ciência do processo, embora tenha se recusado a assinar a intimação, e que a falta de defesa técnica por advogado fora de sua livre opção, não tendo havido, portanto, ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. A administração argumentou, ainda, que, ao se ter recusado a assinar a intimação, o servidor reconheceu implicitamente a verdade dos fatos e perdera o direito de formular alegações finais.

Em face da situação hipotética acima apresentada, redija, à luz do disposto na legislação pertinente, texto dissertativo, respondendo, necessariamente, às seguintes indagações.

- ▶ A ausência de intimação formal, em que pese o servidor ter comparecido espontaneamente, é causa de nulidade do processo? [valor: 0,32 ponto]
- ▶ O fato de o servidor ter desatendido à intimação importa em reconhecimento da verdade dos fatos e em renúncia ao direito de formular alegações? [valor: 0,32 ponto]
- ▶ A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição Federal? [valor: 0,31 ponto]

**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2**

O tribunal de justiça de determinado estado da Federação editou ato, de caráter normativo, atualizando monetariamente os valores dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, tendo-o publicado oficialmente em 10 de novembro de 2013. A atualização foi feita com base na inflação apurada nos doze meses anteriores à publicação do ato, conforme índice de correção indicado em lei estadual.

À luz da jurisprudência relativa à matéria, redija um texto dissertativo, com a devida justificção, apontando a natureza jurídica dos emolumentos decorrentes da prática de atos notariais e de registro [**valor: 0,20 ponto**] e o momento a partir do qual os novos valores previstos no ato editado pelo referido tribunal poderão ser cobrados dos interessados [**valor: 0,20 ponto**] e indicando o entendimento do STF a respeito da possibilidade de se utilizar o valor do imóvel apurado na cobrança do IPTU como base de cálculo para o valor dos emolumentos relativos à transferência de imóveis [**valor: 0,55 ponto**].

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos